

CONCURSO PÚBLICO

## 042. PROVA OBJETIVA

### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – NÍVEL I

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a charge para responder às questões de números 01 a 03.



(Gazeta do Povo, 29.04.2015)

01. A personagem explica ao colega que

- (A) o seu trabalho está resguardado em uma época em que o computador e a internet ameaçam os empregos.
- (B) o uso indiscriminado do computador e da internet lhe abre promissoras perspectivas profissionais.
- (C) a sua capacidade de trabalho lhe permite que interaja de modo razoável com o computador e a internet.
- (D) a disseminação do uso do computador e da internet aumenta as suas chances de desemprego.
- (E) o seu desemprego não tem o uso do computador ou a disseminação da internet como uma causa possível.

02. De acordo com a norma-padrão, transpondo-se a fala da personagem para a voz passiva analítica, obtém-se:

- (A) Abrira-se para mim um campo de desemprego totalmente novo com o computador e com a internet.
- (B) Um campo de desemprego totalmente novo foi aberto para mim pelo computador e pela internet.
- (C) Abri com o computador e com a internet um campo de desemprego totalmente novo para mim.
- (D) Um campo de desemprego tem sido aberto totalmente novo para mim no computador e na internet.
- (E) Foi-me aberto o computador e a internet para um campo de desemprego totalmente novo.

03. No contexto em que está empregado, o advérbio **totalmente** expressa sentido de

- (A) afirmação, equivalendo a “invariavelmente”.
- (B) negação, equivalendo a “absolutamente”.
- (C) intensidade, equivalendo a “completamente”.
- (D) tempo, equivalendo a “extremamente”.
- (E) dúvida, equivalendo a “provavelmente”.

Leia o texto para responder às questões de números 04 e 05.

Isso prova que, se se oferecer \_\_\_\_\_ pessoas os chamados “non books” – livros que não precisam ser lidos –, elas os comprarão em massa. Em breve, a onda dos livros para colorir passará. Portanto, para manter nossa combalida indústria editorial à tona, aqui vão algumas sugestões: livros de cartas enigmáticas, de desenhos \_\_\_\_\_ que você chega ligando os pontos, de “o jogo dos sete erros”, de procurar o mico na floresta etc.

(Ruy Castro, Estresse antiestresse. Folha de S.Paulo, 23.05.2015. Adaptado)

04. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) às ... a
- (B) as ... à
- (C) à ... à
- (D) às ... à
- (E) à ... a

05. Observando-se os termos destacados em – ... elas **os** comprarão em massa. – e – ... que você chega ligando **os** pontos... –, é correto afirmar que eles têm emprego

- (A) equivalente, sendo pronomes que completam verbos nas duas ocorrências.
- (B) distinto, sendo o primeiro um pronome pessoal e o segundo, demonstrativo.
- (C) equivalente, sendo artigos que acompanham substantivos nas duas ocorrências.
- (D) distinto, sendo o primeiro um pronome e o segundo, um artigo.
- (E) equivalente, sendo pronomes que se referem a antecedentes nominais.

Leia o texto para responder às questões de números **06 a 10**.

### *Aprender sem pressa*

Por que crianças com menos de seis anos não devem ser matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental? Essa é a pergunta de muitos pais que consideram seus filhos maduros e prontos para enfrentar o ensino das letras e dos números do modo formal que nossas escolas ensinam, usem elas este ou aquele método de ensino e de alfabetização.

Nossa sociedade foi bombardeada com informações apontando caminhos para um futuro de êxitos e uma carreira bem-sucedida de quem ainda está na infância. Quanto mais cedo a criança começar a aprender, melhores serão suas chances de sucesso, afirmam, de maneira geral, esses estudos. E isso resultou numa corrida das famílias em busca da melhor formação para os filhos. Reforço escolar, alfabetização precoce, cursos das mais variadas disciplinas e atividades etc. passaram a fazer parte de uma agenda carregada das crianças, já a partir de três anos, quando não menos.

As escolas, atentas ao movimento da comunidade, responderam à altura: trouxeram para a educação infantil o modelo de funcionamento do ensino fundamental. Dessa maneira, crianças de três, quatro anos passaram a usar carteiras em sala de aula, a ter professores especialistas e a brincar livremente apenas no horário do recreio. Já na década de 1990, vimos crianças viverem essa correria rumo ao sucesso, com seus pais sempre metidos nessa necessidade louca de forçar o filho a ser um bom – de preferência o melhor – estudante.

Mas parece que todo esse esforço não deu muito certo, pelos resultados que observamos. As universidades passaram a receber jovens cada vez mais infantilizados, que relutam em finalizar seus estudos na graduação, e os pais, a enfrentar, ainda no decorrer do ensino fundamental, a falta de vontade dos filhos de se comprometer minimamente com os estudos.

Foi então que novos estudos passaram a ser difundidos, apontando a necessidade de a criança ter mais liberdade para ser criança e, de fato, viver a infância na hora certa. Foi por esse motivo que surgiu, nos Estados Unidos e na Inglaterra, um movimento que prega menores demandas dos pais aos filhos, para que eles tenham tempo para brincar e para o ócio, questões fundamentais para uma vivência infantil tranquila e produtiva.

A criança de cinco anos, e até mesmo a de quatro, pode se alfabetizar por interesse próprio e aprender muito mais, com o apoio dos professores da educação infantil, que, aliás, têm a mesma formação dos professores dos anos iniciais do fundamental. E ela pode fazer isso brincando, sem ter de fazer lições e participar de aulas expositivas.

(Rosely Sayão. *Folha de S.Paulo*, 28.04.2015. Adaptado)

- 06.** A leitura do texto permite inferir que as crianças com menos de seis anos, na perspectiva da autora,
- (A) podem ser produtivas com uma infância em que tenham tempo para brincar e para o ócio.
  - (B) tornam-se mais produtivas e inteligentes se são alfabetizadas com aulas expositivas.
  - (C) devem ser alfabetizadas por professores que também dão aulas no ensino fundamental.
  - (D) precisam estreitar laços afetivos com pais e professores para serem autônomas.
  - (E) aprendem mais se a escola de educação infantil funciona como a do ensino fundamental.
- 07.** O texto mostra que
- (A) a formação dos professores da educação infantil normalmente difere da formação dos professores dos anos iniciais do fundamental.
  - (B) a falta de comprometimento dos jovens com seus estudos decorre da despreocupação dos pais com a educação formal das crianças.
  - (C) a escola brasileira, antes dos estudos surgidos nos Estados Unidos e Inglaterra, descartou a ideia de forçar os estudos das crianças.
  - (D) a utilização de carteiras em sala de aula com professores especialistas é adequada quando acompanhada de brincadeiras.
  - (E) a sociedade começou a enxergar na educação precoce um futuro de sucesso para as crianças, o que não ocorreu na prática.
- 08.** O movimento surgido nos Estados Unidos e Inglaterra corrobora a ideia de que os pais e a escola devem
- (A) procurar adequar as crianças aos movimentos da comunidade para que elas se comprometam com seus estudos.
  - (B) reconhecer as necessidades da infância para que as crianças tenham um desenvolvimento tranquilo e produtivo.
  - (C) deixar de ser tão sistemáticos com as crianças para que elas possam escolher a melhor maneira de aprender e progredir nos estudos.
  - (D) estimular o interesse próprio das crianças para que elas consigam já estar alfabetizadas antes dos seis anos de idade.
  - (E) entender que uma criança antes dos seis anos não tem desenvolvimento cognitivo para ser alfabetizada.

09. Na passagem – ... com seus pais sempre metidos nessa necessidade **louca** de forçar o filho a ser um bom – de preferência o melhor – estudante. – (3º parágrafo), o termo em destaque expressa sentido

- (A) humorístico, significando contextualmente “atrevida”.
- (B) irônico, significando contextualmente “irreverente”.
- (C) sarcástico, significando contextualmente “imprevisível”.
- (D) conclusivo, significando contextualmente “inadiável”.
- (E) negativo, significando contextualmente “insensata”.

10. Assinale a alternativa em que os trechos contêm, respectivamente, termos empregados em sentido próprio e termo empregado em sentido figurado.

- (A) ... usem elas este ou aquele método de ensino e de alfabetização. / Nossa sociedade foi bombardeada com informações...
- (B) ... que consideram seus filhos maduros... / ... apontando a necessidade de a criança ter mais liberdade para ser criança...
- (C) As universidades passaram a receber jovens cada vez mais infantilizados... / ... melhores serão suas chances de sucesso...
- (D) E isso resultou numa corrida das famílias... / ... um movimento que prega menores demandas dos pais aos filhos...
- (E) ... uma vivência infantil tranquila e produtiva. / ... crianças de três, quatro anos passaram a usar carteiras em sala de aula...

11. Em todas as sociedades capitalistas modernas, urbano-industriais, a educação escolar aparece como fator importante na formação do tecido social. No Brasil atual, o art. 32 da LDBEN nº 9.394/96 (redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006) estabelece que o ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, “proverá: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”, tendo por objetivo

- (A) o avanço da produção industrial nacional.
- (B) a formação básica do cidadão brasileiro.
- (C) a equalização das oportunidades sociais no país.
- (D) a inclusão dos filhos dos analfabetos na sociedade digital.
- (E) a consolidação da democracia, pelo voto consciente do eleitor letrado.

12. A educação é um fenômeno social universal relevante para o desenvolvimento e funcionamento de toda sociedade. Diante do exposto, destaca-se o art. 1º da LDBEN nº 9.394/96, o qual afirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. De acordo com a referida Lei, a educação escolar brasileira, por meio do desenvolvimento de currículo, nas instituições de ensino, deverá

- (A) priorizar a parte diversificada dos estudos com vistas a inserir o aluno no mercado de trabalho.
- (B) firmar parcerias com o terceiro setor, melhor capacitado na preparação dos alunos para exercício da cidadania.
- (C) estabelecer um plano de ação social visando a qualificar o aluno para a vida em sociedade.
- (D) preparar os alunos para o exercício pleno da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (E) propor programas de educação destinados à formação dos alunos para a responsabilidade social.

- 13.** O plano curricular é a expressão viva e real da filosofia de educação da escola e de sua proposta pedagógica, contemplando objetivos, relacionando as disciplinas e os conteúdos essenciais, incluindo a metodologia de trabalho e os recursos para desencadear os procedimentos didáticos e estabelecer um processo de avaliação.
- Para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico escolar e seu respectivo plano curricular, a instituição de ensino deve considerar o art. 26 da LDBEN nº 9.394/96 que fixa, em atendimento ao art. 210 da Constituição Federal /88,
- (A) os conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
  - (B) os conteúdos ampliados para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação diversificada e respeito aos valores culturais e artísticos, regionais e internacionais.
  - (C) o conjunto das atividades da escola que afeta direta e indiretamente o processo de transmissão e assimilação e, também, reprodução e produção do conhecimento.
  - (D) o rol de conteúdos das diferentes disciplinas que compõe a parte diversificada do currículo, que afeta diretamente o atendimento às especificidades culturais regionais.
  - (E) a concepção de currículo oficial e obrigatório, a qual envolve uma visão de sociedade, que afeta diretamente o professor e, indiretamente, a aprendizagem do aluno.
- 14.** André, estudando o texto de Veiga (2004), tomou conhecimento de que “o Projeto Político-Pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula”. Relacionou esse trabalho ao desenvolvimento do currículo, ao longo da duração de toda a Educação Básica, na busca sistemática de uma escola pública de qualidade para todos. Entendeu então, corretamente, que a LDBEN nº 9.394/96, em seus artigos 12, 13 e 14, normatiza condições institucionais necessárias para esse desenvolvimento. Dentre essas condições, tem-se:
- (A) o controle da atuação de todos os profissionais envolvidos no trabalho pedagógico, de modo a fazer cumprir o projeto elaborado pela equipe técnica, em atendimento às diretrizes nacionais.
  - (B) a independência dos professores para elaborar sua proposta didática e seguir a tendência pedagógica preferida, desde que cumpra os dias letivos e horas-aula estabelecidos, e as tarefas burocráticas.
  - (C) a participação ativa de todos os sujeitos envolvidos na construção do projeto pedagógico e na gestão da escola, como base para a elaboração, execução, avaliação e reelaboração de seu próprio trabalho.
  - (D) a liberdade de ensino aos professores e, à equipe diretiva, para escolha do modelo de gestão, ficando o controle do desenvolvimento do currículo e o alcance de metas ao encargo de avaliações nacionais.
  - (E) a participação da comunidade na gestão da escola, por meio de conselhos escolares e liberdade aos professores para escolha de conteúdos e métodos, controlada apenas por provas unificadas para os alunos.
- 15.** Todos os países do mundo têm símbolos nacionais. São eles que identificam uma nação. Os símbolos nacionais que representam o Brasil são quatro: a bandeira, as armas, o selo e o hino. O seu estudo favorece o sentimento de pertencer à nação brasileira. Esse estudo faz parte do currículo do ensino fundamental e, de acordo com o parágrafo 6º do art. 32 da LDBEN nº 9.394/96, ele deverá ser
- (A) desenvolvido como conteúdo específico de História do Brasil.
  - (B) programado como conteúdo de Arte, no Desenho e na Música.
  - (C) considerado atividade na programação das práticas de Educação Física.
  - (D) inserido como conteúdo de Geografia em todos os anos do ensino fundamental.
  - (E) incluído como tema transversal do currículo, ao longo do ensino fundamental.
- 16.** O Ministério da Educação (MEC), em 2004, no documento de orientações gerais para ensino fundamental de nove anos, destaca que o desenvolvimento do aluno é a principal referência na organização do tempo e do espaço da escola. Todos aprendem em tempos e em ritmos diferentes, o desenvolvimento humano é um processo contínuo, o conhecimento deve ser construído e reconstruído, processual e continuamente, bem como abordado em uma perspectiva de totalidade.
- Essa afirmação está contida
- (A) na LDBEN, nº 9.394/96, em seu art. 2º, ao conceber a educação como um processo de instrução que visa ao domínio do conhecimento científico.
  - (B) no ECA, Lei nº 8.069/90, no art. 53, ao estabelecer atendimento educacional especializado para os portadores de deficiência.
  - (C) na LDBEN, nº 9.394/96, em seu art. 2º, ao conceber a educação como um processo amplo que visa ao pleno desenvolvimento do educando.
  - (D) na Constituição Federal, em seu art. 207, ao estabelecer que o ensino será ministrado com base no princípio da gestão democrática da escola pública.
  - (E) na Constituição Federal, em seu art. 208, ao determinar educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 18 (dezoito) anos de idade.

17. Savio G. dos Santos, em seu trabalho “O ambiente em sala de aula e a ética no trabalho docente” (2010), diz que “Não se pode olhar para a educação sem a ética. (...) A liberdade possibilita a ética, e a ética salvaguarda a liberdade. Não se divorcia ética e liberdade, ambas as duas caminham juntas.”

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90, em seus artigos 15 e 16, coloca que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, o qual compreende

- (A) votar para escolher representantes de classe nas escolas que frequentam.
- (B) sustentar-se, a partir dos catorze anos, com o seu próprio trabalho.
- (C) viajar gratuitamente em transporte público coletivo.
- (D) brincar, praticar esportes e divertir-se.
- (E) pagar a metade do valor do ingresso nos espetáculos culturais e esportivos.

18. Alice, professora de Educação Especial – Nível I do município de Arujá, participou de uma reunião com professores e pais de alunos de uma das unidades de ensino. Ficou feliz ao constatar que entre os participantes havia o consenso de que uma turma heterogênea oportuniza aos educandos conviverem com a diferença e desenvolverem sentimentos de compreensão e solidariedade.

Nessa perspectiva, a LDBEN nº 9.394/96 (art. 59, redação dada pela Lei nº 12.796/13) determina que os sistemas de ensino assegurem aos educandos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação,

- (A) professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.
- (B) matrículas em escolas regulares, frequentando classes especiais, organizadas exclusivamente para sua educação, mantendo convivência com as demais crianças nos espaços comuns e coletivos da escola.
- (C) matrículas em classes comuns das escolas regulares, com currículos organizados especialmente para suas deficiências ou diferenças, favorecendo a maximização de seus potenciais.
- (D) professores com cursos de pós-graduação voltados especialmente para as deficiências ou diferenças apresentadas pelos alunos das classes que atendem, garantindo uma aprendizagem significativa.
- (E) currículos elaborados de modo personificado para cada aluno, apresentando disciplinas optativas diversificadas, que envolvam um leque de escolhas, visando atender suas necessidades específicas.

19. Professores da rede municipal de uma cidade paulista participaram de encontro no qual foi proferida palestra sobre a educação especial como modalidade que se articula a toda a Educação Escolar, visando a fornecer os apoios que se façam necessários para que as pessoas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento ou superdotação usufruam, em condições de igualdade, do direito a essa educação escolar. Perguntaram ao palestrante quando a educação especial tem início e ele devolveu a questão aos participantes, os quais responderam corretamente consultando o art. 58 da LDBEN nº 9.394/96, que estabelece, em seu § 3º, que a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado (CF/88, artigo 208, inciso III), tem início na faixa etária

- (A) dos oito anos, no ensino fundamental, após avaliações.
- (B) dos seis anos, no ingresso ao ensino fundamental.
- (C) de quatro/cinco anos, na pré-escola pública.
- (D) dos três anos, com base em diagnóstico especializado.
- (E) de zero a seis anos, durante a educação infantil.

20. Mauro, professor de Educação Especial – Nível I da rede municipal de ensino de Arujá, participou de uma palestra sobre o atendimento de pessoas com NEE (necessidades educacionais especiais). O palestrante enfatizou a importância de os professores de educação especial colaborarem com o processo de inclusão mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade. Destacou, ainda, que esse tipo de atuação corresponde à concepção de conhecimento

- (A) associacionista.
- (B) interdisciplinar.
- (C) clássica.
- (D) inatista.
- (E) culturalista.

- 21.** A LDBEN nº 9.394/96, em seu capítulo V, estabelece que a educação dos portadores de necessidades especiais deve se dar de preferência na rede regular de ensino. Essa legislação inaugura uma nova concepção na forma de entender a educação e integração dessas pessoas. Em conformidade com essa concepção, os professores de educação especial deverão ter como atribuições
- (A) planejar e elaborar cardápios e dietas especiais, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelas crianças que apresentem necessidades especiais, para que elas recebam refeições balanceadas.
  - (B) fazer avaliações periódicas sobre o desenvolvimento dos alunos e tomar medidas junto à Secretaria de Educação, quando observadas anomalias em seu estado físico e mental, acompanhando o processo de recuperação.
  - (C) analisar as características de ajustamento de alunos da educação especial para definir, antecipadamente, até que ano do ensino fundamental cada aluno conseguirá acompanhar.
  - (D) promover a educação e intervenções pedagógicas de alunos com necessidades educacionais especiais e orientar adaptações curriculares em parceria com os professores do ensino regular.
  - (E) orientar o trabalho a ser desenvolvido pelos educadores nas escolas, no sentido de observarem o comportamento da clientela e dos familiares, com relação aos possíveis problemas de caráter psíquico.
- 22.** A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem conhecimentos segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das situações de aprendizagem e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nessa perspectiva, toda escola tem a incumbência de elaborar um documento que traduza as ações orientadoras para a melhoria do seu desempenho educativo, favorecendo sua autonomia pedagógica (LDBEN nº 9.394/96, art. 12, inciso I, e art. 15).
- Esse documento é
- (A) o Regimento Escolar.
  - (B) o Estatuto da Associação de Pais e Mestres (APM).
  - (C) a Proposta Pedagógica.
  - (D) o Regimento Interno do Conselho de Escola.
  - (E) o Contrato de Parceria com ONGs educativas.
- 23.** Renato inscreveu-se para o concurso de seleção de Professor de Educação Especial – Nível I da Prefeitura Municipal de Arujá. Examinou a atribuição para seu futuro cargo referente a “Elaborar o plano de ação pedagógico, imprimindo-lhe caráter flexível de acordo com as potencialidades e necessidades de cada aluno, para obter melhores respostas ao processo ensino-aprendizagem”. Concluiu acertadamente que o conteúdo dessa atribuição condiz com o que prescreve o art. 59, Inciso I, da LDBEN nº 9.394/96, o qual estabelece que os sistemas de ensino
- (A) contratarão obrigatoriamente professores auxiliares de classe para atender aos educandos com transtornos globais do desenvolvimento.
  - (B) exigirão que os professores elaborem projetos específicos para cada aluno, tendo como fundamento os princípios da instrução programada.
  - (C) deverão articular a ação pedagógica do professor de classe com educação a distância, visando a atender às especificidades dos alunos com deficiência.
  - (D) assegurarão currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender alunos com necessidades especiais.
  - (E) matricularão os alunos com deficiência que tiverem mais de 16 anos, no curso regular noturno, o qual deverá flexibilizar o ensino para atendê-los.
- 24.** A Escola Municipal de Ensino Fundamental “João Batista” vem reelaborando sua proposta pedagógica, com assessoria de Professores de Educação Especial – Nível I, tendo em vista o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais. Por esse motivo, está flexibilizando e adaptando seu currículo, assim como processos de avaliação adequados ao desenvolvimento desses alunos.
- Analisando tal iniciativa, pode-se afirmar que essa escola
- (A) respeita as determinações estabelecidas na LDBEN, Lei nº 9.394/96, mas não o que estabelece o ECA, Lei nº 8.069/90 (ECA art. 54, inciso III).
  - (B) desrespeita normas nacionais e do sistema municipal de ensino, as quais não conferem autonomia para a escola elaborar proposta própria.
  - (C) descumpra as determinações legais que atribuem a competência de elaboração de propostas pedagógicas às Secretarias Estaduais de Educação.
  - (D) contraria o princípio de “igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”, fixado pelo art. 206 da Constituição Federal de 1988.
  - (E) atende às necessidades dos alunos e aos preceitos da LDBEN nº 9.394/96, referentes à autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica.



25. Tânia, professora de Educação Especial – Nível I de um município paulista, ao discutir com a equipe pedagógica de sua Prefeitura sobre a escolha de métodos e estratégias a serem utilizados com alunos que apresentam necessidades especiais, defendeu, corretamente, que se aplicassem princípios que constam da LDBEN nº 9.394/96, em seu art. 3º, incisos III e IX, de modo que aquela escolha se orientasse
- (A) exclusivamente pelas contribuições de Paulo Freire, que asseguram um padrão de qualidade na educação.
  - (B) por um pluralismo de ideias e de correntes pedagógicas e pela garantia de um padrão de qualidade na educação.
  - (C) pelas ideias de um único estudioso da Didática, especialista em métodos para o ensino-aprendizagem.
  - (D) pelos estudos de Piaget, que permitem, com exclusividade, trabalhar com o devido padrão de qualidade na Educação Especial.
  - (E) obrigatoriamente por teorias pedagógicas elaboradas com foco específico na modalidade de Educação Especial.
26. Ao refletir e tomar decisões sobre seu trabalho didático-pedagógico, selecionando conteúdos e métodos, organizando situações de aprendizagem e propondo projetos, os professores brasileiros devem estar atentos ao espírito da legislação educacional, adotando concepções e tendências pedagógicas que valorizem a problematização e a tematização das relações com a sociedade e com a natureza, levando em conta as experiências e saberes dos educandos, desafiando-os e apoiando-os nos estudos, de modo a compreenderem a realidade, interpretarem criticamente as relações presentes nela, com vistas à sua preservação ou transformação. Uma abordagem nessa linha é coerente com o que dispõe a LDBEN nº 9.394/96 nos parágrafos de seu artigo 1º. Num deles, essa Lei esclarece que disciplinará a educação escolar a qual acontece predominantemente nas escolas e, no outro, estabelece que essa educação deverá vincular-se
- (A) ao mundo das letras e às práticas profissionais.
  - (B) ao mundo tecnológico e às práticas produtivas.
  - (C) ao mundo dos valores e às práticas de convivência.
  - (D) ao mundo da Arte e às práticas criativas.
  - (E) ao mundo do trabalho e à prática social.
27. O plano de ensino é um documento organizado em unidades didáticas a serem desenvolvidas durante um ano ou semestre letivo, e do qual constam objetivos gerais e específicos, conteúdos, desenvolvimento metodológico e avaliação. De acordo com LDBEN nº 9.394/96, art. 12, velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente é competência
- (A) dos estabelecimentos de ensino.
  - (B) das Secretarias Municipais de Educação.
  - (C) das Secretarias Estaduais de Educação.
  - (D) do Conselho Nacional de Educação.
  - (E) do Ministério da Educação.
28. No ensino fundamental e no médio, a qualidade da escola envolve aspectos quantitativos articulados aos qualitativos. Assim, o atendimento das diretrizes pedagógicas deve corresponder também a mínimos de dias letivos e de carga horária cumpridos pelos estabelecimentos de ensino, como também, a mínimo de frequência dos alunos às aulas, para sua aprovação. Esses mínimos anuais, de acordo com a LDBEN nº 9.394/96, art. 24, incisos I e VI, são, respectivamente:
- (A) 200 dias e 800 horas de efetivo trabalho letivo e 75% de frequência às aulas.
  - (B) 200 dias e 800 horas de efetivo trabalho letivo e 80% de frequência às aulas.
  - (C) 190 dias e 960 horas de trabalho letivo e 75% de frequência às aulas.
  - (D) 180 dias e 900 horas de trabalho letivo e 70% de frequência às aulas.
  - (E) 180 dias e 760 horas de trabalho letivo e 65% de frequência às aulas.
29. Os pais de João, aluno com necessidade educacional especial, matriculado em classe comum da rede regular de ensino, reclamaram ao Diretor da escola que seu filho só era avaliado por provas pontuais às quais apenas eram atribuídas notas de zero a dez, sem qualquer outro tipo de análise. O Diretor examinou a veracidade das queixas e, em conformidade com a LDBEN nº 9.394/96 (art. 12, inciso VII, e art. 24, inciso V, alínea “a”) e com o ECA, Lei nº 8.069/90 (art. 53, inciso III e parágrafo único), respondeu corretamente aos pais que
- (A) a avaliação é um processo da competência dos professores de ensino regular e de Educação Especial, não cabendo aos pais contestá-la.
  - (B) a avaliação contínua não pode ser aplicada aos alunos com necessidades educacionais especiais, sendo correto o procedimento do professor.
  - (C) suas reclamações eram procedentes e que ele providenciaria que o professor reformulasse sua postura e avaliações.
  - (D) sua reclamação é justa porque os alunos com necessidades educacionais especiais só podem ser avaliados nos atendimentos especializados.
  - (E) as legislações citadas sobre a avaliação da aprendizagem determinam que casos como o de João devem ser julgados pelo Conselho Tutelar.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considere o texto da Declaração de Salamanca (1994) para responder às questões de números 31 e 32.

30. Os conhecimentos produzidos e disseminados, de meados do século XX para cá, a respeito de como o ser humano aprende e se desenvolve, e da mediação dialogal que o professor deve exercer para promover os avanços nesse processo, destacaram também a função diagnóstica da avaliação da aprendizagem, inscrevendo-a no processo de ensinar, colocando-a como uma condição para ajudar o aluno a aprender, a partir do que ele já sabe. O art. 24 da LDBEN nº 9.394/96, em seu inciso V, estabelece critérios para a verificação do rendimento escolar e, em sua alínea "a", especifica uma avaliação do desempenho do aluno coerente com essa concepção, pois preconiza que ela seja

- (A) objetiva e frequente, abordando parcelas dos conteúdos recém-ensinados, de modo a reforçar logo o que não foi memorizado, avaliando novamente o desempenho com outras questões.
- (B) contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- (C) aplicada, com, no mínimo, dois diferentes instrumentos para cada segmento dos conteúdos, sem aviso prévio aos alunos, calculando-se a média ao final do ano.
- (D) justa, considerando os esforços do aluno para aprender, e não só os resultados finais da correção de suas respostas às questões objetivas e/ou dissertativas das provas.
- (E) qualitativa e bem documentada, com uma prova diagnóstica no início do ano e outra no seu final, devendo esta abranger todos os conteúdos relevantes do programa.

31. A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca (Espanha), em junho de 1994, teve, como objeto específico de discussão,

- (A) o reforço à Carta Magna de que todos os cidadãos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
- (B) a garantia de que todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito à proteção integral da lei.
- (C) a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de educação.
- (D) o apoio às ações de incentivo às atitudes discriminatórias e de discriminação das pessoas com deficiência.
- (E) o entendimento de que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento do ser humano.

32. Essa Declaração proclama que

- (A) toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.
- (B) as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem se adequar às escolas regulares.
- (C) as escolas regulares devem ser os meios capazes de promover as atitudes discriminatórias, criando comunidades fechadas.
- (D) todas as escolas devem proporcionar uma educação homogênea com currículos rígidos e inflexíveis.
- (E) os programas educacionais devem ser implementados sem levar em conta a vasta diversidade de características e necessidades.

33. A chamada Convenção de Guatemala (1999) é a convenção

- (A) nacional que aborda os princípios básicos para a inclusão social e escolar das pessoas com deficiência.
- (B) nacional que estipula as punições contra os crimes praticados em relação aos indivíduos com necessidades especiais.
- (C) interamericana que decreta as linhas de ação para o estabelecimento de parcerias entre os países das três Américas.
- (D) interamericana que trata da eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência.
- (E) internacional que trata da provisão de serviços de apoio para o sucesso de políticas sociais inclusivas.

**34.** A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – de 05 a 09 de março de 1990) tem por objetivo último

- (A) alfabetizar as pessoas com deficiência de todo o continente europeu e asiático.
- (B) definir as categorias prioritárias para receber o ensino fundamental e gratuito.
- (C) definir metas para comprovação e medida dos avanços registrados no ensino médio.
- (D) evitar as ações conjuntas com organizações não governamentais, em todos os níveis de ensino.
- (E) satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos.

Considere os dispositivos da Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e responda às questões de números **35** e **36**.

**35.** Essa Resolução dispõe que a educação especial se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos, de modo a assegurar três outros pontos importantes, dentre eles:

- (A) a definição de métodos para a conquista de uma homogeneidade no comportamento das pessoas com necessidades especiais.
- (B) a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social.
- (C) a busca da identidade de cada deficiente, o reconhecimento de suas incapacidades e de suas dificuldades escolares.
- (D) a conquista da padronização de programas de ensino que atendam aos propósitos das pessoas com deficiência e os superdotados.
- (E) o desenvolvimento de critérios para definir o grau de incapacidade para a participação social, política e econômica.

**36.** O artigo 13 dessa Resolução preconiza que os sistemas de ensino devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar a escola em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio,

- (A) mediante ação integrada com os sistemas de saúde.
- (B) com o consentimento dos pais ou responsáveis.
- (C) por intermédio de ações com o serviço social.
- (D) exclusivamente nos casos de doenças crônicas.
- (E) por meio de ação judicial.

Para responder às questões de números **37** a **39**, considere o estabelecido no documento Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

**37.** Essa Política, em vigência desde 2008, afirma que a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado

- (A) na compreensão dos deveres humanos, os quais se baseiam na premissa de que a igualdade é igual à normalidade.
- (B) no fato de que os seres humanos possuem direitos e deveres e, por isso, as pessoas com necessidades especiais são excluídas.
- (C) na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis.
- (D) no propósito de que as práticas integradoras dos sistemas de ensino promovem a exclusão social e escolar.
- (E) no resultado da criação de um processo especial de entendimento da discriminação que ocorre na sociedade contemporânea.

**38.** Essa Política tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares,

- (A) garantindo que a educação especial, organizada de forma paralela à educação comum, é a forma mais apropriada para atender os alunos.
- (B) enfocando que a educação especial é uma proposta pedagógica contrária a da escola regular, para atender as incapacidades dos alunos.
- (C) enfatizando que as definições e uso de classificações se esgotam na mera especificação ou categorização de uma deficiência.
- (D) orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais.
- (E) reforçando a importância dos ambientes homogêneos para a promoção da aprendizagem de todos os alunos.

**39.** Segundo essa Política, os alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil fazem parte do grupo denominado

- (A) transtornos funcionais específicos.
- (B) deficiência múltipla sensorial.
- (C) transtorno do déficit de atenção.
- (D) surdocegueira congênita.
- (E) transtornos globais do desenvolvimento.

40. A deficiência física refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema osteo-articular, o sistema muscular e o sistema nervoso (MEC/SEESP, 2006). Por sistema nervoso, compreende-se um conjunto de estruturas, tais como cérebro,

- (A) cerebelo, músculos, artérias e coluna espinhal.
- (B) nervos, coluna cervical, coluna lombar e cóccix.
- (C) nervos, lobo temporal, córtex cerebral e cóccix.
- (D) neurônios, tronco espinhal, medula e músculos.
- (E) cerebelo, tronco cerebral, nervos e medula.

41. O conceito de deficiência intelectual recomendado pela AAIDD (Associação Americana em Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento) é caracterizado por limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo e, também, deve se manifestar antes dos 18 anos de idade.

Tendo em vista esse conceito, é correto afirmar:

- (A) o funcionamento intelectual é a capacidade mental para o aprendizado, o raciocínio e a resolução de problemas.
- (B) a pessoa com deficiência intelectual é facilmente caracterizada por apresentar transtornos globais do desenvolvimento.
- (C) o indivíduo com deficiência múltipla sensorial apresenta, necessariamente, deficiência intelectual.
- (D) o termo deficiente intelectual pode ser utilizado para definir uma pessoa que apresenta doença mental provocada por fatores hereditários.
- (E) o comportamento adaptativo é um traço genético totalmente absoluto e invariável do recém-nascido prematuro.

42. Segundo o documento MEC (2006), os contextos educacionais inclusivos devem contar com um conjunto de \_\_\_\_\_ e recursos de apoio educacional especializados (\_\_\_\_\_) para todos os alunos da escola e, em particular, para aqueles com necessidades educacionais especiais.

A alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto é:

- (A) classes ... Educação Especial
- (B) serviços ... Educação Especial
- (C) salas ... Educação Inclusiva
- (D) materiais ... Educação Suplementar
- (E) atividades ... Educação Complementar

O enunciado a seguir refere-se às questões de números 43 e 44.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais (MEC, 2000) apresenta características relevantes, tais como: adequação, coerência, flexibilidade, multiplicidade e abrangência.

43. Por adequação entende-se

- (A) a organização dos referenciais teóricos às diferentes propostas pedagógicas especiais para peculiaridades de cada região.
- (B) a relação de desajuste dos vários conteúdos curriculares propostos para o desenvolvimento da programação.
- (C) a elaboração do currículo conforme a avaliação dos interesses, habilidades e necessidades das crianças.
- (D) a falta de conformidade entre a realidade do contexto escolar e as necessidades especiais dos alunos.
- (E) a organização de dados consistentes com uma ordenação didática que facilita a compreensão do conteúdo curricular.

44. A característica é denominada abrangência quando

- (A) se refere às diversas categorias de deficiência das crianças da educação infantil e do ensino fundamental.
- (B) se destina ao atendimento educacional de toda criança, independentemente da condição de seu desenvolvimento.
- (C) o currículo é amplo e baseia-se nas especificidades dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.
- (D) se ordena de forma a facilitar a compreensão do seu conteúdo curricular e sua relação com os componentes que a integram.
- (E) o conteúdo curricular tem estrutura aberta, permitindo a introdução de novos elementos e a modificação dos existentes.

45. No documento MEC, 2007, sobre a pessoa com surdez, Poker (2001) afirma que as trocas simbólicas provocam a capacidade representativa dos alunos com surdez, favorecendo

- (A) o progresso das expressões orais e da escrita nos ambientes especiais de ensino e de aprendizagem.
- (B) o aperfeiçoamento das emissões orais em todos os ambientes restritivos de ensino especializado.
- (C) a expressão artística e corporal nos ambientes homogêneos e heterogêneos de aprendizagem.
- (D) o desenvolvimento intelectual e dos conteúdos, em espaços homogêneos de ensino e de aprendizagem.
- (E) o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, em ambientes heterogêneos de aprendizagem.

46. As crianças com deficiência visual geralmente adquirem seu conhecimento por meio de experiências que não incluem o uso da visão. Dessa maneira, faz-se necessário que lhes sejam oferecidas oportunidades para desenvolver os sentidos remanescentes, tais como:
- (A) sexto sentido, cinestesia, gosto e audição.
  - (B) clarividência, percepção extrassensorial e tato.
  - (C) sensações térmicas, percepção visomotora e intuição.
  - (D) tato, audição, olfato e paladar.
  - (E) instinto, gustação e perspicácia.
47. Na direção de uma educação inclusiva, há necessidade de *uma escola cuja política se comprometa com a igualdade de oportunidades e \_\_\_\_\_ a fim de garantir que todos possam ser bem sucedidos educacionalmente.*
- (MEC, 2006)
- Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.
- (A) *desigualdade nas situações pedagógicas*
  - (B) *condições para alguns estudantes*
  - (C) *condições para todos os estudantes*
  - (D) *discriminação de alguns estudantes*
  - (E) *promoção de barreiras pedagógicas*
48. A Educação Especial, como modalidade da educação escolar, organiza-se de modo a considerar uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica social da educação inclusiva, a fim de cumprir os dispositivos legais e político-filosóficos. Esses dispositivos legais e político-filosóficos possibilitam estabelecer o horizonte das políticas educacionais,
- (A) de maneira que se possa assegurar a igualdade de oportunidades e a desvalorização da diversidade no processo educacional.
  - (B) de forma que se garanta a desigualdade nas oportunidades e a suposta valorização da pluralidade no âmbito escolar.
  - (C) de modo que se determine a desigualdade de possibilidades em todo território nacional e se evite a multiplicidade educativa.
  - (D) de forma que se desconsidere a igualdade de circunstâncias favoráveis e intensifique o valor da uniformidade.
  - (E) de modo que se assegure a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo.
49. O princípio da integração norteou, por muito tempo, os ideais da Educação Especial. Nesse modelo,
- (A) a escola é que deve se adequar ao aluno.
  - (B) o aluno deve ser preparado na escola especial.
  - (C) o aluno é que deve se adequar à escola.
  - (D) o aluno frequenta somente as classes especiais.
  - (E) a escola regular só matricula alunos sem deficiência.
50. O direito à educação das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais requer fundamentação em três princípios: a preservação da dignidade humana;
- (A) a atitude de comiseração; a piedade.
  - (B) a rejeição ao outro; a busca da solidariedade.
  - (C) o respeito às diferenças; a intolerância quanto ao gênero.
  - (D) a busca da identidade; o exercício da cidadania.
  - (E) o respeito mútuo; o compromisso com a discriminação.
51. Complete a afirmação: *Não é o aluno que se amolda ou se adapta à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno,*
- (A) ... tornando-se um espaço inclusivo.
  - (B) ... transformando-se num lugar segregador.
  - (C) ... tornando-se um espaço exclusivo.
  - (D) ... vindo a ser uma instituição especializada.
  - (E) ... convertendo-se em local de discriminação.
- O enunciado a seguir refere-se às questões de números 52 e 53.
- No documento MEC (2001), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, afirma-se que o currículo a ser desenvolvido é o das diretrizes curriculares nacionais para as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. O currículo, em qualquer processo de escolarização, transforma-se na síntese básica da educação.
52. Isso nos possibilita afirmar que a busca da construção curricular deve ser
- (A) embasada em pressupostos que possibilitem ao professor especializado seguir as normas estipuladas pelos teóricos da educação especial.
  - (B) encarada como a procura de uma terminalidade específica para os alunos com graves e/ou múltiplas deficiências.
  - (C) complementada com atividades que possibilitem ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais ter acesso ao ensino, à cultura e à inserção social produtiva.
  - (D) fundamentada no ensino de atividades lúdicas em substituição às atividades acadêmicas para os alunos que apresentam necessidades educativas especiais.
  - (E) planejada, visando a uma certificação diferenciada de conclusão de escolaridade para todos os alunos com necessidades educacionais especiais.

53. Ainda nesse documento, no caso de educandos com graves comprometimentos mental/intelectual e/ou múltiplos, afirma-se que deverá ser proporcionado um

- (A) currículo terapêutico para atender suas necessidades de vida.
- (B) currículo funcional para atender às necessidades práticas de vida.
- (C) processo de escolaridade extracurricular no ambiente doméstico.
- (D) programa de práticas físicas em substituição aos conteúdos escolares.
- (E) programa de tratamento clínico para sanar as deficiências e incapacidades.

54. A Síndrome de Down (SD) é uma das causas mais frequentes de deficiência intelectual e pode ser diagnosticada

- (A) nos primeiros meses de gravidez.
- (B) somente após o nascimento.
- (C) apenas nos últimos meses de gravidez.
- (D) pelo exame de ressonância magnética.
- (E) pela coleta da urina materna.

55. Há muitas ideias errôneas a respeito dos alunos com altas habilidades/superdotação. Uma delas é a de que

- (A) há possibilidade de aceleração de estudos para tais alunos.
- (B) alguns deles, em função de características pessoais, apresentam baixo desempenho.
- (C) é preciso ambiente favorável para o desenvolvimento e atenção às suas necessidades.
- (D) nem todos que se caracterizam por altas habilidades se tornam adultos produtivos.
- (E) eles se caracterizam, necessariamente, por um excelente desempenho acadêmico.

56. Relacione os recursos (1; 2; 3; 4) com a sua funcionalidade (a; b; c; d).

- |                         |                                      |
|-------------------------|--------------------------------------|
| 1- Telelupa             | a- para enxergar de perto e de longe |
| 2- Óculos bifocais      | b- para escrita em braille           |
| 3- Reglete              | c- para escrita cursiva              |
| 4- Grade ou assinalador | d- para enxergar de longe            |

A correlação correta é:

- (A) 1-a; 2-b; 3-c; 4-d.
- (B) 1-d; 2-a; 3-b; 4-c.
- (C) 1-b; 2-c; 3-a; 4-d.
- (D) 1-c; 2-d; 3-b; 4-a.
- (E) 1-d; 2-c; 3-a; 4-b.

57. Complete corretamente a lacuna da frase.

\_\_\_\_\_ é um recurso utilizado, principalmente pelos surdos, para “soletrar” nomes próprios ou palavras do português para as quais não há equivalente em língua de sinais.

A alternativa correta é:

- (A) Recurso tecnológico
- (B) Sistema braille
- (C) Leitura labial
- (D) Alfabeto manual
- (E) Desenho ilustrativo

58. Existe uma associação frequente entre a deficiência física e os problemas de comunicação, como nos casos de alunos com paralisia cerebral. A alteração do tônus muscular, nesses casos, poderá prejudicar também

- (A) o controle da produção da saliva, ocasionando complicações para a alimentação.
- (B) as funções fonoarticulatórias, e a fala poderá se apresentar alterada ou ausente.
- (C) as funções mentais e, conseqüentemente, a zona de desenvolvimento proximal.
- (D) o potencial intelectual, afetando o pensamento e as funções mentais superiores.
- (E) o sistema neurológico e imunológico, causando vários distúrbios.

59. Dentre as diferenças entre a língua portuguesa (LP) e as línguas de sinais (LS), é correto citar que a LP

- (A) é oral-auditiva e as LS são visoespaciais.
- (B) tem gramática própria e as LS não têm.
- (C) tem escrita silábica e as LS não têm.
- (D) atribui valor gramatical às expressões faciais e as LS não atribuem.
- (E) baseia-se em experiências visuais, enquanto as LS são baseadas nos sons.

60. As barreiras da deficiência \_\_\_\_\_ diferem muito das barreiras encontradas nas demais deficiências. Trata-se de barreiras referentes à maneira de lidar com o \_\_\_\_\_ em geral, o que reflete, preponderantemente, na \_\_\_\_\_ do conhecimento escolar.

A alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto é:

- (A) física ... conteúdo ... destruição
- (B) intelectual ... saber ... construção
- (C) auditiva ... corpo ... formação
- (D) visual ... poder ... concepção
- (E) mental ... corpo ... desconstrução



